Gestão *Esperançar, Resistir e Lutar*
Nº 05 / Maio de 2022

BOLETIM MENSAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UFSCar

Governo Federal anuncia corte no orçamento do MEC

O valor bloqueado gira em torno de R$ 3,23 bilhões, representando um corte 14,5% do orçamento da pasta

Em 27 de maio de 2022 o Ministério da Educação (MEC) enviou ofícios às universidades e institutos federais anunciando um corte linear de 14,5% no orçamento de cada uma delas. Esse ofício repassava às instituições de forma linear o bloqueio de R$ 3,23 bilhões do orçamento da pasta.

Este é mais um dos cortes realizados pelo governo federal na educação ao longo do governo de Jair Bolsonaro e desta vez, a culpa foi atribuída aos servidores públicos federais. Segundo o executivo nacional, os cortes de orçamento de setores essenciais como educação, saúde, ciência e tecnologia foram necessários para garantir o reajuste linear do funcionalismo público. Na prática, o orçamento dos ministérios diminui e a decisão sobre o aumento é sempre adiada.

A reitoria da UFSCar se posicionou sobre o anúncio:

"No momento em que amplia a realização das atividades presenciais para a totalidade em seus quatro campi, a UFSCar recebeu, na última sexta-feira (27/5), a estarrecedora notícia sobre o bloqueio de 14,5% de verbas orçamentárias do Ministério da Educação (MEC), que atingiu em cheio o orçamento para o funcionamento das Universidades e Institutos Federais. Para a UFSCar, a medida resulta no bloqueio de R$ 9.378.539, o que compromete seriamente o funcionamento diário da Universidade e impacta, direta e indiretamente, o andamento de importantes obras, a manutenção de infraestrutura e ações do Programa Nacional de Assistência e Permanência Estudantil (PNAES), gerando prejuízos não só a toda a comunidade universitária, mas à sociedade e ao futuro do nosso país.

O orçamento da UFSCar para 2022 já estava deficitário em R$ 14 milhões, o que levou a redução significativa de ações, como suspensão da descentralização de recursos para unidades administrativas e acadêmicas (o que dá autonomia para planejamento de ações), manutenção de infraestrutura predial, manutenção e modernização de laboratórios de ensino e compra de insumos para aulas práticas, dentre outras. Com o bloqueio implementado por meio de decreto no último dia 30 de maio, o déficit total dos recursos de custeio da UFSCar chega a R$ 23 milhões. Se mantido, o orçamento da UFSCar para 2022 cai de R$ 41 para R$ 32 milhões, resultando em esgotamento dos recursos 2,5 meses antes do fim do ano."

Foto: Fabio Rodrigues/G1

Confira o comunicado na íntegra

As entidades representativas da UFSCar também se manifestaram. Confira a posição do SINTUFSCar, ADUFSCar, DCE Livre UFSCar, APG UFSCar e diversos outros coletivos e centros acadêmicos.

NOTA DAS ENTIDADES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS SOBRE O BLOQUEIO NO ORÇAMENTO DE 2022

As entidades representativas das categorias que compõem os campi de Araras, Lagoa do Sino, São Carlos e Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, em nome dos mais de 25 mil membros da sua comunidade, vem a público denunciar o bloqueio orçamentário de R$9,3 milhões promovido pelo Governo Federal no ano de 2022, que afeta a manutenção das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, coloca em risco a assistência estudantil, paralisa obras de construção e reformas e prejudica diretamente a formação profissional e científica em nível de graduação e pós-graduação.

Esse valor representa 14,5% do orçamento previsto para o ano, e escancara mais uma vez o projeto de país objetivado por Jair Bolsonaro, que visa sufocar, precarizar, sucatear e privatizar as Universidades e Institutos Federais e outros entes do setor público, como o Sistema Único de Saúde (SUS), a Eletrobrás, os Correios e a Petrobrás.

A UFSCar é, sem dúvida, parte fundamental do desenvolvimento tecnológico, social, ambiental e científico do interior do estado de São Paulo e do Brasil. Exerceu, durante a pandemia da COVID-19, papel essencial na luta em defesa da vida e contra o negacionismo, com a oferta de recursos humanos, hospital universitário, produção de sanitizantes e equipamentos de proteção individual, manutenção de equipamentos clínicos, atendimento psicossocial, desenvolvimento de novos materiais, análise da estrutura do vírus e descrição de efeitos da doença, desenvolvimento de protocolos sanitários internos e externos e produção de conhecimento científico visando tratamento e cura da doença. Ademais, contribui com o desenvolvimento dos territórios onde se insere, a partir do desenvolvimento de tecnologias, atividades de extensão, estímulo ao comércio, parcerias com prefeituras, movimentos organizados da sociedade civil e entidades e oferta de consultorias gratuitas com profissionais altamente qualificados.

Observa-se, desde 2015, a redução contínua do orçamento das Universidades Federais, agravada com a aprovação da EC 95 no governo de Michel Temer, que congela por 10 anos o investimento no setor público, e que se aprofunda com a presidência de Jair Bolsonaro, que assume publicamente uma postura contra a ciência, a educação, a cultura e os direitos. O orçamento da UFSCar para 2022 já estava deficitário em R$ 14 milhões, o que levou a uma redução significativa de ações, como as de manutenção de infraestrutura predial, manutenção e modernização de laboratórios de ensino e compra de insumos para aulas práticas, dentre outras. Com este novo bloqueio, o déficit dos recursos de custeio da UFSCar chega a R$ 23 milhões. Se mantido, o orçamento da UFSCar para 2022 cai de R$ 41 para R$ 32 milhões, resultando no esgotamento dos recursos previstos para o ano quase três meses antes de seu final, além da necessidade de suspender manutenções emergenciais importantes para o retorno às atividades presenciais e, também, comprometendo o término do processo de implantação do campus Lagoa do Sino.

Mais perverso ainda se mostram esses cortes e contingenciamentos diante da justificativa apresentada pelo governo: Saúde, Ciência e Tecnologia, Educação teriam seus orçamentos suprimidos para contemplar o reajuste salarial linear de 5% para os servidores federais. Em mais um ataque à imagem do funcionalismo público, o governo mente para a sociedade e manipula o orçamento da União mirando as eleições deste ano.

Uma vez mais, convocamos a comunidade universitária, a sociedade civil, os movimentos e coletivos organizados e todas as pessoas que acreditam e defendem uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade e socialmente referenciada para se somarem à luta árdua em defesa da vida, da ciência e produção de conhecimento. . A UFSCar, como todas as universidades federais, é patrimônio brasileiro, pertence ao nosso povo e somente juntas e juntos em sua defesa é que conseguiremos buscar os mecanismos para a imprescindível recomposição orçamentária que garanta seu pleno funcionamento.

Assinam a nota

DCE Livre UFSCar
ADUFSCar Sindicato
SINTUFSCar
APG UFSCar
Levante Popular da Juventude
Consulta Popular
Afronte! São Carlos
Associação Atlética Acadêmica UFSCar Sorocaba
Centro Acadêmico da Biologia São Carlos
Centro Acadêmico da Biologia Sorocaba - Lobo Guará
Centro Acadêmico da Biotecnologia UFSCar São Carlos
Centro Acadêmico da Ciência da Computação Sorocaba
Centro Acadêmico da Economia Sorocaba - Toca da Onça
Centro Acadêmico da Enfermagem São Carlos
Centro Acadêmico da Engenharia Civil São Carlos
Centro Acadêmico da Engenharia de Materiais São Carlos
Centro Acadêmico da Engenharia de Produção Sorocaba
Centro Acadêmico da Engenharia Florestal Sorocaba
Centro Acadêmico da Engenharia Mecânica São Carlos
Centro Acadêmico da Engenharia Química São Carlos
Centro Acadêmico da Geografia Sorocaba
Centro Acadêmico da Gerontologia Valsiceac e Say São Carlos
Centro Acadêmico da Medicina Sérgio Arouca São Carlos
Centro Acadêmico da Música São Carlos
Centro Acadêmico da Pedagogia Sorocaba
Centro Acadêmico da Química Marie Curie Sorocaba
Centro Acadêmico das Ciências Sociais José Alberto Rodrigues São Carlos
Centro Acadêmico da Terapia Ocupacional São Carlos
Centro Acadêmico e Atlética do Turismo Sorocaba
Centro Acadêmico Livre de Gestão e Análise Ambiental São Carlos
Coletivo Feminista Esquadrão das Minas Lagoa do Sino
Coletivo Negro Quilombo dos 50 Lagoa do Sino
Diretório Acadêmico da Física e da Engenharia Física São Carlos
Diretório Acadêmico Lagoa do Sino
InformaSUS UFSCar - Programa de Extensão para a Democratização da Ciência

Atividades presenciais na UFSCar se iniciam em 30 de maio

Servidoras/es e estudantes estão de volta aos campi da UFSCar

Por mais de dois anos, as atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da universidade foram realizadas de forma remota, mas na última segunda-feira do mês de maio a comunidade da UFSCar começou a circular presencialmente pelos campi.

As servidoras e servidores técnico administrativos estão em período de transição do trabalho remoto e a volta está acontecendo de forma gradual. Este período acaba em 14 de julho, dia em que as/os TAs da UFSCar retornarão integralmente.

Para garantir um retorno seguro, algumas regras precisam ser seguidas:

- utilização de máscaras seguras;
- esquema vacinal completo;
- higienização das mãos;
- distanciamento social;
- assinatura do termo de responsabilidade fornecido pela universidade.

A entrega do comprovante de vacinação e do termo de responsabilidade é realizada via SEI. Orientamos nossas associadas e associados a buscarem sua chefia imediata para ter mais informações sobre o processo.

Ressaltamos também que a IN 90 de 2021, que garantia o exercício de atividades remotas para pessoas no "grupo de risco" para desenvolver formas mais graves da Covid-19, foi revogada. Não existe mais a possibilidade de garantir o trabalho remoto por conta de comorbidades. A orientação do ConsUni para servidores nestas condições é buscar acompanhamento médico e se afastar para tratamento.

Estudantes processados pela ocupação da reitoria em 2018 são condenados em segunda instância

Na época o movimento estudantil organizou a ocupação para tentar barrar o aumento do preço do restaurante universitário

Em 2018 a administração da UFSCar alegou dificuldades financeiras para manter o preço do Restaurante Universitário da UFSCar. A proposta da gestão era aumentar o valor em mais de 120%, passando a cobrar mais de R$ 4,00 por cada refeição.

As/os estudantes da universidade se mobilizaram para barrar o aumento do restaurante e para pedir um diálogo adequado com a reitoria da UFSCar, mas foram criminalizados por isso. Naquele momento a gestão desrespeitou a decisão de seu conselho deliberativo superior, o ConsUni, e processou 7 estudantes que participavam da ocupação.

Ao longo dos últimos quatro anos o processo tramitou na justiça brasileira. Em 2019 as/os estudantes criminalizadas/os foram condenados em primeira instância e em março de de 2022 foram condenados em segunda instância. O processo agora está em fase de cumprimento da sentença e as/os 7 envolvidos deverão pagar uma indenização de mais de 70 mil reais para o governo federal.

SINTUFSCar está produzindo mais uma temporada do Papo TA

Programa está sendo construído em parceria com a Rádio UFSCar

Nesta nova temporada do programa Papo TA, que vai ao ar todo sábado às 11h00, o Doni, da direção do SINTUFSCar, realiza uma série de entrevistas sobre temas importantes para nossa categoria.

No primeiro episódio o entrevistado é Toninho Alves, coordenador geral da FASUBRA SINDICAL e diretor do Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP (STU). No primeiro programa, já veiculado, Doni e Toninho conversaram sobre mobilizações nacionais da Educação, sobre a gestão do MEC no governo Bolsonaro e sobre as eleições presidenciais.

O segundo episódio, que vai ao ar em 11 de junho, tem como convidados Eduardo Rezende e Bibiana Barreto para discutir a criminalização de 7 estudantes durante uma ocupação da reitoria da UFSCar em 2018.

Está interessado em saber o que mais vem por aí? Sintonize na Rádio UFSCar (95,3 FM ou www.radioufscar.br/escute) todos os sábados às onze da manhã e acompanhe o Papo TA!

TA de Lagoa do Sino representa o SINTUFSCar na Plenária Nacional da FASUBRA Sindical

A atividade marca a volta das plenárias presenciais da entidade, que desde 2020 realizava encontros virtuais

O servidor Jeferson, do Departamento de Administração do campus Lagoa do Sino, participa da Plenária Nacional Presencial da FASUBRA, realizada no início de junho.

O TA foi eleito em uma assembleia geral do SINTUFSCar realizada em abril e participa das atividades programadas pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA Sindical).

A plenária acontece em Brasília/DF, no Centro Comunitário Athos Bulcão da UnB. Entre os principais temas discutidos estão: conjuntura nacional e internacional, eleições, campanha salarial dos SPFs, CPI do MEC e iniciativas legislativas que atacam os servidores públicos federais.

Para dar as boas-vindas às/aos TAs na retomada das atividades presenciais, o SINTUFSCar organizou uma recepção nas sedes

No dia 30 de maio a direção do SINTUFSCar organizou um café de boas vindas para as/os TAs da universidade

Com a volta das atividades presenciais nos quatro campi da UFSCar, o sindicato também retomou suas atividades nas sedes. Nossa primeira ação totalmente presencial foi a realização de um café de recepção.

Na última segunda-feira de maio, as associadas e associados dos quatro campi participaram de um momento de socialização presencial. Em Lagoa do Sino, Sorocaba e São Carlos o cafezinho começou cedo e se estendeu por todo o dia de trabalho, em Araras as servidoras e servidores puderam curtir um café da tarde.

Associadas/os passando pelo SINTUFSCar em São Carlos e Sorocaba

Mesa do cafezinho em Araras, São Carlos, Lagoa do Sino e Sorocaba

A PEC 206/2019, que propunha a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, não será votada em 2022

Pressão das entidades da educação e parlamentares contrários à PEC garantem o adiamento da votação na Câmara

Em novembro de 2019 um deputado do Partido Social Liberal (PSL), atual União Brasil, apresentou à mesa diretora da Câmara dos Deputados uma proposta de Emenda Constitucional (PEC) que modifica os artigos 206 e 207 da Constituição Federal. Esses artigos fazem parte da seção da carta constitucional que fundamenta os princípios da educação brasileira.

A PEC 206/2019, apresentada pelo Deputado General Peternelli, sugere a inclusão de um parágrafo no artigo 207:

"§ 3º As instituições públicas de ensino superior devem cobrar mensalidades, cujos recursos devem ser geridos para o próprio custeio, garantindo-se a gratuidade àqueles que não tiverem recursos suficientes, mediante comissão de avaliação da própria instituição e respeitados os valores mínimo e máximo definidos pelo órgão ministerial do Poder Executivo."

Além disso, ela propõe uma modificação no inciso IV do artigo 206, que, na atualidade, determina a gratuidade do ensino em instituições públicas:

"Art. 206 (...) IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, ressalvada a hipótese do art. 207, § 3º (...)"

Basicamente a PEC 206 propõe que o ensino superior público deixe de ser gratuito. A argumentação utilizada pelos seus defensores gira em torno da avaliação econômica dos estudantes, dizendo que somente aquelas/es com condições econômicas favoráveis serão cobradas/os.

Na prática, esse tipo de proposta apenas reforça a desigualdade. Ela limitará ainda mais as condições de acesso ao ensino superior.

As universidades públicas precisam de investimento! Elas precisam ter à sua disposição uma dotação orçamentária que garanta o funcionamento das instituições adequadamente. Sabemos que muitas pessoas não conseguem nem chegar à universidade por falta de políticas de permanência estudantil eficazes.

Reforçando as contradições que essa PEC acirra, entidades da educação realizaram atos em Brasília no dia 24 de maio, a fim de barrar a sua discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara Federal. A pressão dos movimentos sociais e a articulação de parlamentares contrários ao projeto garantiram que a proposta não entre em pauta na CCJ durante o ano de 2022.

Manifestações de Técnico-Administrativos, Docentes e Estudantes contra a PEC 32
Fotos: Assessoria de Comunicação da FASUBRA Sindical